



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL DESENHADA POR POLÍTICAS E PROPOSTAS EDUCATIVAS DE INCLUSÃO E REPARAÇÃO SOCIAL

Joel Severino da Silva¹

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;

E-mail: joelsilva.educar@gmail.com

Resumo:

Este artigo destina-se a discutir a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil e refletir sobre as principais políticas educativas no entorno desta modalidade de ensino, com o objetivo de verificar as intencionalidades subjacentes, bem como as demandas que orientaram a iniciativa deste tipo de ensino. Busca discorrer e analisar a proximidade difusa entre políticas e propostas educativas de inclusão e reparação desenhada no contexto da educação brasileira, sobretudo em meados do século XX, sob o pretexto de garantir educação para todos/as consoante a exigência a LDB de 1996, bem como refletir sobre as noções de: educação popular, noção de não criança das pessoas jovens e adultas, e a noção de excluídos e marginalizados socialmente. Para tal, o trabalho está metodologicamente apoiado na pesquisa bibliográfica, onde mediante a esta investigação literária, pode-se constatar que a EJA, embora desenhada numa ótica de uma educação muito mais de reparação e legitimidades de projetos educativos com vista a erradicar ou diminuir o analfabetismo nacional do que de uma formação capaz de garantir mobilização social, avanço intelectual e emancipação plena, tem se convertido lentamente na potencialização de homens e mulheres dando voz e lugar a um extrato social excluído do direito à educação.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos, políticas educativas, sujeito

1. INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil, tem sido palco de sucessivas discussões, cada vez mais intensas que a partir de mobilização de intelectuais e movimentos sociais durante o século XX vem se convertendo em propostas e políticas educativas em prol de erradicar o analfabetismo nacional. A cerca disto, a constituição brasileira assegura no art. 205 que é obrigação do estado e da família garantir educação a todos, visando o desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Todavia, as propostas e políticas educativas germinadas no interior da educação brasileira no curso da história nacional e especialmente no século passado emergem de demandas anunciadas no campo social, oriunda de contextos políticos e econômicos inclinados a atender uma elite nacional.

Assim, a educação básica tem apresentado sintomas da precariedade do analfabetismo no Brasil, entendido nos anos de 1930 como vergonha nacional. É nesta década que de fato começa a se consolidar no país um sistema público de educação elementar (Brasil, 2002). É neste contexto, que a Educação de Adultos começa a delimitar seu lugar no cenário da educação nacional.



Neste período, o país vivia um momento de grandes transformações vinculadas ao processo de industrialização, concentração populacional urbana, decorrente de um forte êxodo rural ensaiado pelo discurso do progresso nacional no entorno dos grandes centros urbanos. Deste modo, a educação básica atendia a setores cada vez mais diversos, impulsionando o governo federal ampliar a educação elementar. “Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos...” (BRASIL 2002, p. 19). Com o fim da segunda guerra mundial, o fim da ditadura do governo Vargas em 1945 e a intervenção da ONU – organização das Nações Unidas, nos países em desenvolvimento no intuito de estabelecer a “paz mundial”, contribuíram para a educação de adultos, uma vez que se tornava “urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de integração recente e também incrementar a população” (BRASIL 2002, p. 19,20). Era fundamental assegurar a formação elementar para potencializar o projeto da industrialização nacional, a intervenção da ONU, mudou a lógica do pensamento nacional da época, que afirmava que a população não tinha acesso à educação porque o país era pobre. Agora era o contrário: as pessoas não tinham educação porque o país era pobre, e sim, que o país era pobre porque as pessoas não tinham educação.

Daí a preocupação seguinte consistia em construir argumentos que legitimassem a educação de adultos, uma vez que as teorias das psicologias das aprendizagens usadas até aquele momento, assegurava que o aprendizado só se dava quando criança, e que, portanto, o adulto seria incapaz de ser alfabetizado (idem). Em contraposição a esta perspectiva teórica, Lourenço Filho publicou artigo em 1945, em que legitimava a capacidade de aprendizagens de pessoas adultas, com base em estudos de psicologia experimental realizados nos Estados Unidos nos anos 20 e 30 do século passado.

A partir desta conceptualização teórica a Educação de Adultos começa a ganhar notoriedade e legitimidade nacional. Posteriormente, a modalidade (EJA) é fortalecida com o Método de Educação de Paulo Freire, donde derivam várias campanhas de educação de adultos de importância colossal na mobilização e protagonismo de homens e mulheres marginalizados socialmente. Dentre as principais campanhas de alfabetização, tem-se a experiência de Paulo Freire em Angico Rio Grande do Norte, a Campanha de Pés no chão também se aprende a ler, realizado também no RN, e outras de grande repercussão e relevância como: Liga Brasileira Contra o Analfabetismo criada por intelectuais em 1915, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no país com o pretexto de aproximação da sociedade civil, uma vez que a relação entre estado e sociedade estava marcada por



conflitos oriundas de demandas emergenciais. Outra campanha importante foi a Campanha de Adolescentes e Adultos de 1947 liderada por Anízio Teixeira, Costa e Araújo (2011). O objetivo consistia em erradicar o analfabetismo, tal iniciativa sofre várias críticas nos anos 50 do século XX, relacionadas tanto as questões administrativas, quanto as orientações pedagógicas inadequadas para o público adulto e para as diferentes regiões do país (Brasil 2002).

Nomeadamente, estas campanhas são interrompidas em 1964 com o Golpe Militar, que passa a criar políticas de reparação para alfabetização de pessoas jovens e adultas fora do período idade/série. Neste sentido, o governo autoritário cria o MOBREAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização, que tinha como objetivo, garantir a alfabetização funcional visando apenas encaminhar os sujeitos por eles alfabetizados ao mercado de trabalho de pouca qualificação. Posteriormente, é regulamentado no Artigo V da LDB de 1971 o Ensino Supletivo, com o objetivo de suprir e promover a oferta de uma educação continuada, tendo em vista, que o MOBREAL, havia alfabetizado o contingente de pessoas, o que abria uma nova demanda educacional: a da continuidade do ensino. (Haddad e Pierro, 2000).

Diante disto, este trabalho objetiva-se a discutir as principais políticas e propostas educativas no entorno da Educação de Jovens e Adultos no país, e verificar as intencionalidades subjacentes, bem como as demandas que orientaram este tipo de Ensino. Atendo-se a analisar a proximidade difusa entre políticas e propostas educativas de inclusão e reparação desenhada no contexto da educação brasileira, e discutir a noção de educação popular que orienta a EJA, a política de Educação permanente. Discutir a noção de criança, o papel potencial da educação na vida de homens e mulheres orientando-os a posicionassem como cidadãos no mundo como salienta Gohn, (2010). E apontar as novas exigências que se desenham dos procedimentos organizacional em sala de aula, no que diz respeito aos procedimentos didáticos-pedagógicos, a avaliação, levando em consideração a heterogeneidade do público jovem e adultos e sala de aula.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho finca sua base metodológica na pesquisa do tipo bibliográfica, visto que segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica possibilita o pesquisador ter um contato direto a despeito do que foi escrito sobre determinada temática, ao passo que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito” (GIL 2006, p. 41), assumindo um caráter exploratório.



A partir desta ótica, foi feito um levantamento literário na biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e em sites de pesquisas – onde foram levantados um conjunto de livros e artigos científicos. Na sequência foi feito um tratamento, onde foram selecionados os que abordavam e questionavam os métodos de ensino e de avaliação para com os sujeitos da EJA. De igual modo deu-se atenção aqueles que tratavam dos conflitos políticos subjacentes que orientavam as políticas educativas em torno desta modalidade de ensino.

O trabalho objetiva-se entender os processos históricos, políticos e formativos que orientaram o Ensino de Jovens e Adultos no Brasil, atendo-se essencialmente nos ditames ocorridos no século XX. Reflete sobre as políticas públicas desenhadas nos contornos da EJA, sinalizando nomeadamente as intencionalidades circundantes no que consiste a esta modalidade de ensino. Visto que a constituição Federal de 1988 estabelece o direito a educação para todos.

E a Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esclarece em seu artigo 2º que a educação deverá estar inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o desenvolvimento pleno do sujeito para o exercício de sua cidadania e preparação para o trabalho. O que implica refletir e reorganizar as práticas curriculares da, e nas escolas, de modo a potencializar a participação efetiva e emancipatória de cada sujeito, de modo a torna-los cidadãos do mundo no mundo como diz Gohn (2010).

Assim, o trabalho preocupa-se também em abordar as concepções metodológicas e epistemológicas que nortearam a concepção de educação de pessoas jovens e adultas, bem como a ruptura de certos paradigmas epistemológicos fundante em meados do século XX.

Portando, a pesquisa possui uma abordagem metodológica qualitativa, pois “os métodos qualitativos se assemelham a procedimentos de interpretação dos fenômenos que empregamos no nosso dia- a dia.” (NEVES. 1996, p.1), procedimentos estes que permite entender e analisar as hipóteses formuladas no artigo por meio do contexto educacional. Assim, a análise do trabalho contempla quatro procedimentos/categorias nos contornos da educação da EJA, classificadas nos itens (A), (B), (C) e (D), como pode ser observado a seguir.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista, que este trabalho se trata de uma conceptualização teórica, teve a preocupação de analisar algumas peculiaridades da educação de jovens e adultos, segundo a literatura. Portanto, a análise que aqui se propõe, organiza-se em quatro momento, com vista a torna-lo mais compreensível e evitar uma análise prolixa. A (A) diz respeito a uma discussão e



revisão historiográfica; (B) discute a noção e ampliação de educação popular na interface da EJA, (C) aponta as implicações e exigências à educação da EJA, (D), faz uma breve abordagem dos procedimentos pedagógicos na educação de jovens e adultos.

(A), breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil do século XX.

É nas primeiras décadas do século XX que começa se consolidar no Brasil o sistema público de Ensino (Brasil, 2002). Período de grandes transformações e movimentos políticos e econômicos que orientaram os ditames da educação Nacional, eventos como o Movimento da escola Nova, associado a industrialização e a ideia de progresso foi fortemente acelerado com a intervenção da ONU após Segunda Guerra Mundial, que financiou vários projetos educativos. Neste contexto, a primeira ação a ser mudada foi a noção errônea de que a população brasileira não estudava porque o Brasil era pobre, e sim, o país era pobre porque as pessoas não estudavam.

Esta nova perspectiva colocava em causa o elevado grau de analfabetismo no país de pessoas jovens e adultas, que passou a ser contemplada com a ampliação da educação elementar delineada pelo Governo Federal “que traçava as diretrizes educacionais para todo país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios”, (BRASIL 2002, p. 19). Neste contexto histórico de grandes efervescências, a educação de jovens e adultos começa a desenhar sua identidade mediante a campanha nacional de Educação de Adultos em 1947 (idem). Num primeiro momento, pretendia-se “uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses” (idem). Foi uma proposta liderada por Anízio Teixeira, visando oportunizar aos adolescentes e adultos a possibilidade de ler. Segundo Costa e Araújo (2011), foi a primeira iniciativa do estado para educação de adultos. O objetivo desta campanha seria o de banir o analfabetismo no Brasil, tão alargado naquele contexto onde por um lado, o Brasil desencadeava uma promissora ideia de desenvolvimento econômico; e por outro lado, enfrentava um forte êxodo rural.

Posteriormente em 1961 foi criada a **Campanha de pé no chão também se aprende a ler**, a qual tinha um caráter popular, criada no Rio Grande do Norte, apoiada na metodologia freireana, Aquino e Pinheiro (2014). Que tinha como objetivo, incluir as crianças, jovens e adultos “excluídos do processo regular de ensino” (IDEM, P. 60). Esta campanha aconteceu num período histórico bastante denso e de crise política já ensaiada nos bastidores parlamentares. Além disso, havia o fantasma do analfabetismo, que assolava todo país. Especificamente, esta campanha foi criada no Rio Grande do Norte, em função do analfabetismo elevado. Diante disto, identifica que o título da campanha é uma crítica ao governo local – RN. As aulas aconteciam em galpões de festa da



comunidade, Aquino e Pinheiro (2014). Ainda segundo essas autoras, o espaço já enunciava e fortalecia o caráter popular da campanha.

No final dos anos de 1950 a campanha sofre várias críticas associadas tanto às deficiências administrativas e financeiras, quanto as orientações pedagógicas, e o caráter superficial relacionado ao curto período de tempo de alfabetização (Brasil, 2002). Estas críticas implicaram na necessidade de novos métodos pedagógicos, que passou a ter como referência o Método de Paulo Freire (idem). Que passou a inspirar os principais programas de alfabetização de Jovens e Adultos. Assim, nos anos 60 do referido século, atuaram de forma articulada educadores “do MEB – Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB – Conferência Nacional do Bispos do Brasil, dos CPCs – Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE – União Nacional dos Estudantes” (BRASIL, 2002, p. 22), começaram a pressionar o governo federal para que os apoiassem. Diante da pressão destes grupos em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, orientado pelo Método Freireano. A ideia, era ampliar o direito e acesso a alfabetização de adultos por todo país (idem). O método freiriano criticava a educação bancária e pregoava um método capaz de potencializar não só a decodificação gráfica das palavras, mas da posição emancipatória dos homens e mulheres no mundo. “Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que fosse transformando através do diálogo” (BRASIL, 2002, p. 23). Uma vez que segundo Freire “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

(B), Educação Popular na interface da EJA

Com a ação de Paulo Freire, a educação de Jovens e Adultos ganha um caráter de educação popular, entendendo-a não como manipulação de massa, mas como aquela capaz de valorizar as culturas e as identidades dos homens e mulheres marginalizados socialmente. Segundo João Francisco de Souza (2004), na América Latina, educação de Adultos e Educação Popular diz respeito a um conjunto de orientações decorridas em cada contexto específico, seja na educação formal, ou não formal. Isto não significa que os movimentos de educação popular na América Latina tenham sido homogêneos nem lineares desde sempre, mas tem se desenhado por diferentes veredas de modo que “a instituição tentou direcioná-lo, o CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), vem desenvolvendo um esforço de fundamentação – quaisquer que sejam as concepções que esse termo passava vir a ter – da educação popular desde 1994 (SOUZA, 1998; SUZÁ, 2002 *apud*, SOUZA, 2004, p. 158).

Desde então, vários eventos ocorridos na América Latina foram reforçando a educação popular, dos quais Souza (2004), destaca três simultâneos desde a terceira Assembleia Geral do



CEAAL, realizada na cidade de Havana – Cuba – o Programa de Refundamentación coordenado pela Secretária Geral do CEAAL. Segundo o autor, as três atividades foram: a) “O Seminário Internacional sobre la Refundamentación Político-Pedagógica de la Educación Popular em la Transición al Siglo XXI, acontecido em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, de 15 a 17 de julho de 1996” (SOUZA, 2004, p. 158, 159). B) foi a Assembleia Geral, realizada na Colômbia em maio de 1997; c) o autor se refere ao IV Seminário de Educação Popular Realizado em João Pessoa, sob a coordenação da UFPB, em 26 a 30 de julho de 1994; d) e por fim, criou-se em 1991, o Programa de Sistematização da Educação Popular na América Latina sob o comando da CESCO (Centro para Estudo da Educação nos Países em vias de Desenvolvimento, Souza (2004).

Estes eventos internacionais, visava articular os países no entorno da Educação Popular e garantir que pessoas marginalizadas do direito à educação em termo oportuno, pudessem ter o direito a uma participação ativa no exercício de sua cidadania. Assim, esses processos vêm se constituindo como uma tradição que legitima a Educação Popular desenvolvidas “a partir das experiências de Paulo Freire...” (SOUZA 2004, p. 160). Estas experiências de Freire foram ampliadas não só no Brasil, mas em toda América Latina e no mundo, dando vida e debates a mobilizações, que ajudaram a refletir sobre as questões “educacionais e implantação de reformas educativas em todo mundo” (SOUZA 2004, p. 160,161). Como é o caso da LDB de 1996 no Brasil, que visa ampliar democraticamente a educação no país e garantir educação a todos/as. “Para uma cultura democrática e solidária na América Latina”

Segundo Souza (2004), a educação popular se situa numa dimensão estratégica, na qual mediante sua ação pedagógica tem se convertido num conjunto de ações sustentadas num princípio dialético, entre ação-reflexão-ação. Uma vez que “se compreende como dinamizadora do aspecto organizativo pelo fortalecimento da dimensão educativa própria não só das ações sociais, mas também do processo dialético escolar” (SOUZA 2004, p. 169). Isto é, a educação popular assume um caráter essencialmente como espaço de reflexão sobre as problemáticas originárias no cotidiano dos educandos, que se coloca num processo de reconfiguração de sua identidade e sua ação cidadã.

(C) Implicações e exigências à educação de Jovens e Adultos

Isto implica em novas exigências, uma vez que aumenta “ a capacidade de contribuir com a construção do poder dos seguimentos populares da sociedade em suas ações locais e globais...” (idem). Pois “educação de pessoas jovens e adultas, não nos remetem apenas a uma questão de especificidade etária, mas primordialmente a uma questão de especificidade cultural” (OLIVEIRA, 1999, p. 59). Além do mais, este jovens e adultos, não são estudantes universitários, mas estudantes



excluídos do direito a estudarem quando criança. Excluídos de outros bens e serviços e de grande maioria, proveniente de áreas rurais, que sem pouca qualificação para o mercado de trabalho fica à mercê da exploração do trabalho de baixa remuneração, e em alguns casos a informalidade alargando ainda mais a vulnerabilidade Silva (2014). Estes jovens e adultos são pessoas que tiveram “uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiências no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar alguma série do ensino supletivo” (OLIVEIRA 1999, p. 59). Segundo a autora, isto implica refletir como estes jovens e adultos pensam e aprendem na escola, para tal, é preciso transitar em três dimensões que contribuem para à afirmação destes sujeitos no mundo, as quais são: a) condição de não criança – tendo em vista que as teorias psicológicas têm dando ênfase historicamente a uma capacidade de aprendizagem limitada a uma faixa etária, o que acaba por limitar a aprendizagem dos adultos, em função da literatura limitada. No entanto, segundo a autora, Palácios (1995), tem defendido em artigos de psicologia, a fase adulta como uma etapa substantiva do desenvolvimento, “as pessoas humanas mantêm um bom nível de competência até a idade avançada (desde logo, acima dos 75 anos, (PALÁCIOS, 1995, P. 312, *apud*, OLIVEIRA, 1999, P. 60); b) a condição de excluídos da escola – uma vez que as regras impostas, sejam diretas ou indiretamente inibem a permanência deste público, passando a ter “vergonha de frequentar a escola depois de adultos (...) sentindo-se por isso humilhados e tornando-se inseguros quanto a própria capacidade de aprender” (idem, p. 62); c) membro de determinado grupo cultural, com características específicas e ao mesmo tempo constituído por um grupo heterogêneo.

(D) Procedimentos pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos.

Estas dimensões relacionadas, convertem-se em demandas que operacionalizam a necessidade de abordar a educação de jovens e adultos atentando para as questões pedagógicas. Daí deriva-se a seguinte pergunta: O que é que se necessita ensinar e aprender na EJA uma vez que os educandos/as desta modalidade são pessoas de uma vasta bagagem social? É evidente que necessita aprender de forma contextualizada os elementos estruturante do saber letrado. Porém, ainda que indispensável, “só vale por seu significado instrumental, por aquilo que possibilita ao educando para chegar a saber. É o saber para chegar a saber, para o mais saber”, (PINTO, 1982, P. 85). Portanto, salienta o autor, que é necessário que a sociedade construa um conjunto de instrumentos que possibilitem as condições necessárias para serem adquiridos pelos alfabetizandos, “depois de terminada sua alfabetização. Do contrário, a simples alfabetização é um jogo sem finalidade, um



luxo social que não recompensa a comunidade dos elevados custos que apresenta” (IDEM). Deste modo, o que o adulto precisa de fato aprender “é em princípio a totalidade do saber existente em seu tempo” (PINTO, 1982, P. 86). Esta exigência, remete a um desdobramento metodológico consoante a especificidade da EJA, o que é em grande medida o desafio capital nesta modalidade de ensino. Ainda com base em Pinto (1982), podemos identificar algumas exigências no método de ensino na EJA, primeiro deve ser capaz de despertar no educando/a adulto/a o estímulo e a consciência de instruir-se. Portanto, deve partir de sua realidade de vida e de trabalho de suas relações sociais. Deste modo, o método não pode ser uma imposição do educador ao educando, e sim construído coletivamente.

Isto implica também em superar a concepção ingênua de considerar o adulto não alfabetizado, como uma criança. À medida que tenta aplicar o mesmo método, ignorando totalmente “que o desenvolvimento fundamental do homem é de natureza social, faz-se pelo trabalho, e que o desenvolvimento não para pelo fato de o indivíduo permanecer analfabeto” (PINTO, 1982, P. 87).

Assim, se constitui fundamental atentar para o planejamento metodológico num todo, que se inicia desde o processo de planificação das atividades de aulas até a avaliação.

O planejamento, didático-pedagógico da EJA é bastante complexo, visto a amplitude de experiências dos/as educandos/as e a heterogeneidade que caracteriza tal modalidade de ensino, Loch et.al (2010). E que, portanto, se faz necessário levar em consideração que o/a adulto/a da EJA, além de não ser criança, ocupa a condição de excluídos da escola (IDEM).

4. CONCLUSÃO

Evidencia-se a partir deste levantamento e reflexão bibliográfica duas dimensões importantes consoante a EJA. Primeiro a de sujeitos marginalizados socialmente – excluídos do direito à educação em tempo considerado adequado, o que fez com que demandas sociais emergissem, dando ênfase a uma nova configuração social. Segundo, a do papel empoderador das políticas educativas desenhadas para esta modalidade, o que vem se traduzindo em novos dispositivos de transformação e emancipação destes indivíduos. Verifica-se, que o século XX foi um período de grandes transformações sociais e de embates, discursões e iniciativas giradas em torno da educação de jovens e adultos. Resguarda-se naquele século alguns períodos e eventos importantes relacionados a este tipo de ensino. O qual pode ser descrito como dois grandes momentos históricos da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil, identificado na categoria (A), como mecanismo discursivo orientado por um projeto nacionalista de grande envergadura



econômica e política, que com o fim da Segunda Guerra Mundial e intervenção da ONU em países em vias de desenvolvimento como o Brasil.

Identifica-se, ainda na categoria (A), dois momentos nos contornos da educação de Adultos. Primeiro, no intervalo entre as décadas de 1940, 50, 60, períodos de grandes eventos políticos conflitantes no Brasil e no Mundo, que de certo modo acabaram interferindo nos ditames da educação pública no país, e ao mesmo tempo, pondo em cheque a precariedade educacional. O que deu margem para campanhas de educação de pessoas jovens e adultas com base no Método do professor Paulo Freire – tendo como grande referência a própria atividade formadora de Freire em Angico – RN. Que na altura se traduziu em um caldeirão de sentimentos em buscas de significados sociais e políticos do vários homens e mulheres engajados/as no ideário da emancipação por meio da alfabetização.

O segundo momento, refere-se ao golpe de 1964, que pôs fim a esta onda emancipatória desenhada no Nordeste do país. Para legitimar ação ditatorial, o próprio regime cria outra política de alfabetização de jovens e adultos, o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização Segundo o Art 5º da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 é o órgão executor do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos. A Lei nº 5.379, é a que põe em vigor a educação funcional aqui referida. Neste sentido, o MOBRAL tinha a função/objetivo de operar a alfabetização funcional, visando apenas encaminhar os sujeitos por eles alfabetizados ao mercado de trabalho de pouca qualificação, constituindo-se uma política de reparação e não de emancipação.

Por conseguinte, na categoria (B), identifica-se a propagação da noção de educação popular no Brasil e na América Latina que ajudou a legitimar certos processos consoante a educação de jovens e adultos. Conjugando simultaneamente a compreensão de educação para além do mero ato de alfabetizar, que passa então a ganhar uma dimensão de caráter popular de cunho internacional, que viria a mudar a lógica de certas posições conceptuais do papel social e político dos homens e mulheres no mundo, como sujeitos ativos em vias de mudanças de paradigmas sociais, políticos e econômicos inclinados a hegemonias de certos projetos nacionalistas conservador e reproduzidor de extratos sociais marginalizados. O que implicou em novas exigências metodológicas e epistemológicas, como verifica-se na categoria (C) e (D), como novo constitutivo paradigmático, incluindo a percepção de compreender o sujeito da EJA, como não criança e de pertencimento a grupos sociais excluídos Loch et.al (2010).



Portanto, constata-se nesta revisão bibliográfica, que a educação de jovens e adultos no Brasil, embora apresente um caráter histórico de política de reparação, no intuito de corrigir uma defasagem histórica, ela tem sido de uma contribuição colossal na vida dos homens e mulheres num processo de contraposição a paradigmas políticos, sociais e econômicos estruturante no seio da sociedade. Ao passo que se constitui para além de um processo de alfabetização, convertendo-se num movimento nacional histórico tecido por confluências discursivas diferentes, em espaço formador de sujeitos engajados numa crença no poder da educação, enquanto agente emancipatório e de transformação social.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de. PINHEIRO, Rosa Aparecida. 2014. **Campanha de Pé no chão Também se Aprende a Ler: Influência freiriana nas práticas curriculares.** *Debates em Educação* - ISSN 2175-6600 Maceió, Vol. 6, n. 11. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/download/1326/931. Acessado em: 05/09/2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação/Ação Educativa. **Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil,** Brasília, 2002.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>. Acessado em: 04/06/2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm. Acessado em: 17/06/2016.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a atuação de Lourenço filho (1947-1950): a arte da guerra 2011.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0126.pdf>. Acessado em: 04/09/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.25-43.



GOHN, Maria da Glória. **A educação não formal em ação**. São Paulo. Cortez, 2010, p. 7-21.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. 2000. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acessado em: 04/05/2016.

LOCH, Jussara Margareth, et al. **EJA planejamento, metodologias e avaliação**. In: __ Jussara Margareth de Paula Loch, Katiuscha Lara Genro Bins, Maria Conceição Pillon Christofoli, Maria Inês Côrte Vitória, Salete Campos de Moraes e Susana Huerga. 2ª ed. Editora Mediação. Porto Alegre 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

NEVES. J. L. **Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em administração. São Paulo. V. 1. Nº 3. 1996.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. Apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1999.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. 2ª edição, Cortez. São Paulo, 1982.

SILVA, J. S. da. **Êxodo rural e Educação campesina: duas faces e uma realidade**. 3º Semana Internacional de Pedagogia e do VII Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas. Publicado em anais da (VII EPEAL) 2014. Disponível em: <<http://epeal2014.dmd2.webfactional.com/trabalhos-identificado/1265-com-identificacao.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SOUZA, João Francisco. **E a Educação: Que? A educação na sociedade e/ou a Sociedade na Educação**. Edições Bagaço. Recife-PE, 2004.